

**Brigada de artilheiros**

Sargento artilheiro . . . . .	1	
Cabo artilheiro . . . . .	1	
Marinheiros artilheiros . . . . .	4	6

**Brigada de mecânicos**

Primeiros ou segundos sargentos condutores de máquinas . . . . .	2	
Segundos sargentos condutores de máquinas	2	
Sargento artífice torpedeiro electricista . . . . .	1	
Cabos torpedeiros . . . . .	2	
Marinheiros torpedeiros . . . . .	4	
Cabos fogueiros . . . . .	4	
Marinheiros fogueiros . . . . .	8	
Cabo ou marinheiro telegrafista . . . . .	1	
Grumetes fogueiros . . . . .	3	27
<b>Total . . . . .</b>	<b>46</b>	

*Nota.*— Quando estes navios constituam um agrupamento, terá um d'elles como comandante um capitão tenente, que será também o comandante do agrupamento, um médico naval subalterno, que embarcará no navio chefe, um oficial da administração naval e um sargento enfermeiro para serviço de todo o agrupamento.

Ministério da Marinha, 23 de Maio de 1933.— O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

**Portaria n.º 7:584**

Atendendo a que os exercícios e provas a que tem de satisfazer o pessoal em especialização para navegação submarina foram estabelecidos de forma a dar a todo o pessoal os conhecimentos necessários àquele serviço e não ser justo fazer depender esses exercícios e provas do estado dos submersíveis em que são prestadas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que fique sem efeito a portaria n.º 7:003, de 15 de Janeiro de 1931, a contar de 31 de Janeiro último, continuando em pleno vigor para a referida especialização o determinado pela legislação anterior a essa portaria.

Ministério da Marinha, 23 de Maio de 1933.— O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

**6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública**

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.ª o Sr. Ministro da Marinha, por seu despacho de 16 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 844\$ da epígrafe «Polícia marítima de Lisboa» para a epígrafe «Departamento Marítimo do Sul» inscrita no capítulo 6.º, artigo 87.º, n.º 2), alínea a), do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 18 de Maio de 1933.— O Director de Serviços, *R. Quintanilha*.

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES****Decreto-lei n.º 22:558**

Podendo, sem inconveniente para os serviços, ser eliminadas as vagas existentes no quadro privativo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º

do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal do quadro privativo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações passa a ser o seguinte:

**Gabinete do Ministro:**

- 1 correio.
- 1 primeiro contínuo.
- 1 segundo contínuo.
- 1 condutor de automóvel.

**Secretaria Geral:**

- 1 secretário geral.
- 1 chefe de repartição.
- 3 primeiros oficiais, chefes de secção.
- 5 segundos oficiais.
- 6 terceiros oficiais.
- 1 dactilógrafa de 1.ª classe.
- 3 dactilógrafas de 2.ª classe.

**Pessoal menor:**

- 1 chefe.
- 2 primeiros contínuos.
- 5 segundos contínuos.
- 2 guarda-portões.

**Conselho Superior de Obras Públicas:**

- 1 primeiro oficial, chefe de secção.
- 2 segundos oficiais.
- 1 terceiro oficial.
- 1 primeiro contínuo.

**Arquivo e Biblioteca do Ministério:**

- 1 primeiro oficial chefe do Arquivo e Biblioteca.
- 1 segundo oficial.
- 1 segundo contínuo.

Art. 2.º O correio que actualmente exerce interinamente o lugar de chefe do pessoal menor passa à efectividade desse lugar.

Art. 3.º O chefe de repartição adido que actualmente presta serviço na Repartição Central do Ministério desempenhará o serviço de chefe de secção da mesma Repartição enquanto não for colocado numa vaga da sua categoria, mantendo porém o direito ao integral abono dos seus actuais vencimentos.

Art. 4.º Os restantes funcionários adidos que prestam serviço nos organismos de que trata o presente decreto passam à efectividade do quadro nas suas respectivas categorias, com excepção de um correio adido que passa a primeiro contínuo.

Art. 5.º Este decreto entra em vigor no dia 1 de Julho do corrente ano.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1933.—  
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caetano da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

**Gabinete do Ministro****Decreto-lei n.º 22:559**

Considerando que pelo artigo 15.º do decreto n.º 21:696, de 19 de Setembro de 1932, entre as verbas que foram atribuídas aos serviços de melhoramentos rurais figuram

duas de 1:000.000\$ cada uma, descritas no actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações nos capítulos 9.º e 16.º e artigos 130.º e 161.º, onde constituem respectivamente as alíneas b) «Reparação de estradas e caminhos não incluídos na rede do Estado» e a) do n.º 3) «Troços iniciados em estradas do Estado»;

Considerando que pelo decreto n.º 22:077, de 31 de Dezembro do mesmo ano, foi mantida às citadas verbas a mesma aplicação;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Pelas disponibilidades das verbas da alínea b) do artigo 130.º do capítulo 9.º e da alínea a) do n.º 3) do artigo 161.º do capítulo 16.º do orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para o corrente ano económico poderão ser concedidas participações para todas as obras de melhoramentos rurais definidas no § único do artigo 1.º do decreto n.º 21:696.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1933.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

#### Decreto-lei n.º 22:560

Tendo em atenção o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas emitido sobre uma reclamação apresentada pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, relativa à substituição do desconto de 2 por cento a que se refere o § único do artigo 14.º das cláusulas e condições gerais de empreitadas, datado de 9 de Maio de 1906;

Considerando que a lei n.º 83, sobre a responsabilidade patronal por acidente de trabalho, com carácter de generalidade, devidamente regulamentada e completada com os decretos n.ºs 5:636 e 5:640, que instituíram o seguro social obrigatório e o organismo incumbido da fiscalização deste serviço, é garantia suficiente para tornar actualmente dispensável a exigência do desconto de 2 por cento que ainda continua a ser feito nos termos do artigo 50.º das referidas cláusulas e condições gerais de empreitadas;

Considerando que o referido desconto de 2 por cento pode ser dispensado desde que seja substituído por uma garantia de responsabilidade de empreiteiro ou fornecedor contra acidentes de trabalho;

Mas atendendo a que o mesmo desconto de 2 por cento está incluído na dedução de 10 por cento a que se referem os artigos 50.º e 53.º das cláusulas e condições gerais de empreitadas, destinada na sua totalidade a servir de garantia ao contrato;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O desconto de 2 por cento a que se refere o artigo 14.º das cláusulas e condições gerais de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, datado de 9 de Maio de 1906, é substituído por um certificado passado por uma companhia de seguros de reconhecida idoneidade.

Art. 2.º Continua em vigor o desconto de 10 por cento a que se refere o artigo 50.º das mesmas cláusulas e condições gerais de empreitadas, devendo porém todo êle ser desviado a servir de garantia ao contrato.

§ único. A garantia a que êste artigo se refere pode ser substituída por uma garantia bancária, segundo o preceituado no decreto n.º 13:667.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1933.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

#### Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Direcção dos Serviços Eléctricos

#### Decreto n.º 22:561

Tendo os serviços municipalizados da Câmara Municipal de Coimbra pedido a declaração de utilidade pública para a distribuição de energia eléctrica em alta e baixa tensão na área do mesmo concelho;

Realizado o inquérito administrativo nos termos da legislação em vigor;

Ouvindo o Conselho Superior de Obras Públicas;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo que sejam declaradas de utilidade pública as instalações dos serviços municipalizados da Câmara Municipal de Coimbra destinadas a distribuição de energia eléctrica em alta e baixa tensão na área daquele concelho.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1933.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *António de Oliveira Salazar* — *Duarte Pacheco* — *Sebastião Garcia Ramires*.

#### Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Direcção dos Serviços de Exploração Eléctrica

#### 2.ª Divisão

#### Portaria n.º 7:585

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que, ao abrigo do n.º 4.º do artigo 31.º da organização dos serviços postais, telegráficos, telefónicos, semaforicos e da fiscalização das indústrias eléctricas em vigor, seja a dotação da central telefónica de Lisboa aumentada com mais três unidades, ficando com um total de um chefe e cinquenta e sete telefonistas.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 8 de Maio de 1933.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

#### Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão Central e de Estudos

Secção de Expediente

#### Decreto-lei n.º 22:562

O decreto n.º 19:511, de 21 de Março de 1931, veio obviar a muitas divergências no respeitante a expropriações destinadas a instalação de caminhos de ferro,